

4 de fevereiro de 2021.

Posse dos novos dirigentes do TRT6 Região.

Como esta, muitas outras já ocorreram desde a criação da Justiça do trabalho em PE, no ano de 1946. Porém, uma peculiaridade que, tenho certeza, não será esquecida facilmente por nós todos: foi a primeira cerimônia realizada de forma virtual, sem a presença física de nossos familiares e amigos queridos, não por vontade de estarem aqui, mas por força desta pandemia, que nos obrigou ao isolamento social.

Atividades presenciais foram suspensas, dando ensejo aos trabalhos home office, forma que, para muitos, veio para ficar. Afinal, com a nova tecnologia, tornou-se possível a realização de palestras, audiências, conciliações e vários procedimentos na modalidade telepresencial.

Todavia, citando Aristóteles: “O homem é um sujeito social que, por natureza, precisa pertencer a uma coletividade. Isto é tão próprio do homem quanto é próprio da semente do pessegueiro tornar-se uma árvore e produzir pêssegos”.

Ou seja, não nascemos para o insulamento, o retiro. A própria natureza humana exige vida em sociedade. No ambiente físico de trabalho, nós, juízes, no decorrer da audiência, interagimos com os integrantes do processo, oportunidade a qual aprendemos a reconhecer a verdade real dos fatos, essencial para uma justa decisão.

Salutar, também, a convivência com os colegas, divisão de alegrias e preocupações diárias, tornando o fardo de decidir um pouco mais leve. Porque julgar, senhores, é uma das tarefas mais difíceis impostas a nós, magistrados.

Quantas ocasiões ficamos insones, com nossos pensamentos conturbados, sem

saber, ao certo, ante os fatos apresentados no processo, qual o caminho seguir?

Quantas vezes ficamos com peso no coração ao tomar uma decisão contrária ao que a piedade pede?

Senhoras e senhores, posso asseverar, com orgulho, apesar das angustias inerentes à toga, que faço parte deste Poder, integrando a JT, uma justiça social, voltada a dirimir, de forma rápida e eficaz, os conflitos entre capital e trabalho, no mais das vezes, na reparação de direitos vinculados à dignidade e a própria sobrevivência da pessoa humana, distribuindo justiça e restabelecendo, com autoridade, a paz social.

Graduada em direito pela Universidade Federal de PE, no ano de 1983, passei a condição de funcionária desta casa, após aprovação em certame público.

Em 1988, submeti-me a concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz substituto, sendo, mais uma vez, aprovada.

Neste cargo, atuei por nove meses, promovida a Juíza titular, exercendo tal mister nas Varas de Arapiraca, Escada e na 4^a. Vara do Trabalho do Recife, nesta última, atuando por 17 anos.

Em 16 de julho de 2009, fui nomeada por ato presidencial, pelo critério de merecimento, desembargadora do trabalho desta Corte, sendo eleita Corregedora em 2019, cargo que exerci com muita dedicação, e só me trouxe satisfação, o que refletiu nos resultados alcançados.

Registro ainda, com alegria e orgulho e, agradeço, sensibilizada, meus pares, pela escolha do meu nome para presidir esta Casa, recebendo desde já como uma declaração pública de reconhecimento do meu trabalho. Na verdade, me foram

delegados, na confiança em mim depositada, poderes para decidir questões vinculadas ao bem desta instituição, dentro dos parâmetros legais e regimentais.

Aproveito o ensejo para ressaltar a importância do princípio da Separação dos Poderes, independentes e harmônicos, previsto no art. 2º. na nossa Carta Magna. O Executivo, Legislativo e Judiciário devem atuar dentro de suas competências, pois qualquer ato ou decisão que importe em ingerência entre as instituições, vem a ferir de morte o equilíbrio salutar de convivência, pilar da garantia de um Estado Democrático de Direito.

Firmo compromisso de empreender esforços no sentido de trabalhar, tendo sempre em mente que o *munus* público por mim exercido deve, sempre, ter como meta, a garantia de resposta célere aos que nos procuram, buscando, nada mais, que os direitos previstos em lei, muitas vezes, desrespeitados.

Trabalharei para majorar o número de processos encerrados em menor espaço de tempo (aqui, contando com a colaboração do corregedor Ruy Salathiel e do ouvidor Fabio Farias).

Procurarei incentivar a conciliação, instrumento legal fomentador da paz social.

Este é o caminho. Evita-se o contraditório desgastante, o prolongamento das demandas que se arrastam por anos a fio, com o manejo de todos os recursos possíveis (que não são poucos) previstos em lei, causando desgastes e abarrotando o Judiciário de demandas que poderiam ser resolvidas antes da formação do próprio litígio.

Um dos instrumentos que pode ser utilizado pelas partes para solução rápida dos conflitos, está previsto na Lei 13.467/2017, que, ao tratar do direito processual do trabalho, instituiu o acordo extrajudicial (art. 855-B, CLT),

procedimento especial de jurisdição voluntária. Medida salutar, mormente na nossa sociedade contemporânea, na qual temos como regra basilar a prevalência da relação litigiosa em detrimento da busca por meios mais pacíficos de composição de interesses antagônicos.

Temos incessantemente que procurar, utilizando o conjunto de normativos vigentes, a celebração de pactos.

Merece aplauso iniciativas do CNJ, através da edição da Res. 125/2010 e CSJT (res174/16) em criarem os centros judiciários de métodos consensuais de solução de disputas (os chamados CEJUSCS) como medida de pacificação social.

Atualmente, o TRT 6 conta com 5 CEJUSCS (Recife, Olinda, Jaboatão, Igarassu, Petrolina) e um específico no segundo grau de jurisdição, onde já foram conciliados nos últimos três anos, quase 20.000 processos. Brevemente, mais dois

centros serão inaugurados, em Goiana e Caruaru.

Pretendo envidar esforços para ampliação deste quadro nos próximos dois anos. E, nesta tarefa, bem como tantas outras, contarei com o importante apoio dos colegas integrantes da nova administração.

Minha amiga Nise Pedroso Lins, agora vice presidente, contemporânea de concurso, cuja competência dispensa comentários. Nise foi diretora da Escola Judicial no biênio 2017/2019, em atuação bastante profícua e coordenadora do CEJUSC segundo grau, ocupando, atualmente, o cargo de sub-coordenadora da ANDES- mulher.

Nise, minha querida irmã adotiva, que alegria em contar com você ao meu lado!

Como corregedor, para completar minha satisfação, meu amigo de coração, Ruy Salathiel.

Lembro-me bem da surpresa quando me contou sua intenção em concorrer ao quinto constitucional na vaga deixada pelo saudoso Gilvan de Sá Barreto. Afinal, na ocasião, já era um advogado de renome no meio jurídico. Mas que decisão acertada! Hoje, é uma referência na forma delicada no tratamento com todos; partes, advogados e colegas, sem deixar de destacar a competência e independência nas decisões proferidas.

Conclui-se que os três, juntos, cada um com sua particularidade, mas cientes dos problemas da casa, saberemos resolvê-los da melhor forma, principalmente neste momento tão difícil pelo qual estamos vivenciando.

E, mais uma vez, agora falando também em nome dos meus colegas empossados, firmo a promessa de que não olvidaremos esforços para manter a JT no mesmo nível de excelência alcançado pelo meu antecessor Valdir José Silva de Carvalho.

Tarefa difícilíssima, em razão da extrema habilidade e competência com que presidiu essa instituição, principalmente neste último ano de plena pandemia, alcançando, apesar das adversidades, selo ouro concedido pelo CNJ.

A implantação do modelo de autogestão em saúde, em junho de 2019 foi um marco na sua administração, facilitando o acesso dos servidores e magistrados a um sistema de saúde eficaz e de baixo custo.

Neste tópico não posso deixar de me referir à contribuição do colega Eduardo Pugliesi que, espontaneamente, munido do intuito de cooperação, deu todo seu empenho para o sucesso deste empreendimento que hoje serve de exemplo para outros tribunais.

Tenham a certeza que mantereirei o nível de excelência atual, tentando empreender sempre, melhoras nos benefícios oferecidos.

Somos testemunhas, ainda, Valdir Carvalho, do seu esforço para aquisição de novo prédio que iria abrigar as novas varas da capital, o que não ocorreu nos acréscimos do segundo tempo, por motivos alheios à sua vontade.

Tanta proficiência, meu caro Valdir, fez elevar o nível de exigência da nova administração, me vindo à mente célebre frase de John Swigert, a bordo da Apollo 13: Houston, “we have a problem”.

Obrigada, meu amigo, pelo apoio e por sempre estar atento em resolver problemas de todos que o procuram, sem alarde, silenciosamente, entre eles, esta pessoa que agora vos fala.

Darei continuidade ao caminho por você trilhado, na certeza que manter nosso Tribunal no patamar em que ele se encontra. Seguirei com o programa juízo 100/% digital, já com estudos iniciados, instituído pela Resolução 345 do CNJ, no

sentido de fornecer toda infraestrutura necessária para sua implantação, caso a parte demandante opte em ver seu processo tramitando integralmente nesta modalidade, mediante atendimento remoto, através de meios de comunicação tecnológicos.

É importante esta identidade de ideias entre o sucedido e sucessor ao se pensar no programa de atuação administrativa de uma instituição, evitando-se, assim, retrocessos e engavetamentos de projetos necessários à continuidade das boas obras iniciadas. Só assim temos a garantia do avanço nos serviços oferecidos à sociedade.

Continuarei contando com sua contribuição, agora, na condição de Diretor da Escola Judicial, mister que exercerá, sem sombra de dúvida, com toda a competência que lhe é inerente.

Conto também, nessa caminhada, com a ajuda de meus colegas de bancada, que, muitas vezes, sem deixarem de lado seus

inúmeros processos, assumem compromissos junto aos mais diversos comitês instituídos pelo CNJ, atuando com a mesma competência e dedicação que lhes são peculiares.

Não posso deixar de me referir a minha colega Laura Botelho, presidente da Amatra 6, intercessora nos pleitos dos colegas magistrados de primeiro grau, cuja delicadeza no trato, com certeza, garantiu muitas vitórias aos associados.

A você, Laura, meu compromisso na continuidade de diálogo franco e permanente para solução dos variadas questões apresentadas.

Não duvidem que, em algum momento da caminhada, relutei, em assumir o cargo maior da administração. Afinal, nestes dois anos, renunciemos aos momentos de lazer, adotamos a insônia como companheira e, muitas vezes, em razão

de algumas decisões tomadas, desagradamos pessoas que nos cercam.

Mas, no final, concordei em assumir este encargo, por entender, primeiro, que este lugar é um serviço à instituição. Segundo, porque a vida é risco, é preciso confiar, ainda que possa haver abismos a transpor. Em terceiro lugar, porque, como se viu, esta justiça está enraizada em minha vida.

Pedindo vênias para repetir frase dita por minha Tia Lu, ao tomar posse como presidente desta Casa em 2005: Sou, enfim, outra Maria, tentando dizer sim ao Projeto do Pai. Com auxílio divino e com o vosso, colegas, funcionários e amigos é que hoje assumo esse mandato de serviço que, se tem suas alegrias, haverá também suas cruces.

Peço-vos, também, que me ajudeis a carregá-las, ao mesmo tempo em que vos convido a compartilhar as minhas alegrias.

Permitam-me fazer referência especial ao meu pai, Fernando Saboya, médico cirurgião, profissional brilhante, ser humano de grande valor, ético, amável, zeloso pai, amigo, meu modelo de vida, que nos deixou há dois anos.

Hoje, dia do seu aniversário, completaria 93 anos. Parabéns, meu pai, tenho certeza da grandeza da festa no céu, acompanhado de sua linda esposa, minha mãe, Ana Maria e minha irmã Adriana.

Agradeço pelo que me deram em vida e peço-lhes perdão por não deixá-los em paz, sempre pedindo sua intercessão junto a Nossa Senhora e seu filho, Jesus Cristo, para que me ilumine nesta caminhada terrena.

Da mesma forma, não posso deixar de fazer referências a duas pessoas que serviram de intermediárias nos planos de Deus, guiando meus passos para trilhar o caminho da magistratura do trabalho: a primeira, meu avô Paulo Cabral de Melo.

Com seu jeito suave, presidiu esta Corte por cinco anos, de 74 a 79.

Nas palavras do antropólogo, parente e amigo Roberto Motta, em artigo publicado no Diário de Pernambuco “a vida de Paulo Cabral de Melo é toda uma lição de tempo e vida do Recife, porém muito mais, modelo de ética e integridade de caráter. Paulo representava do que se pode chamar, com toda a segurança, homem de bem infelizmente raros que colocam convicções e princípios acima de todos os outros valores”.

A segunda, sua filha, minha tia e madrinha, Maria de Lourdes Cabral de Mello, magistrada de carreira, também presidiu esta Corte no biênio 2005/2007. Minha inspiração para seguir a mesma carreira. Mulher de fé inabalável, justa, dócil, um exemplo de vida. Obrigada por tudo, Tia Lu.

Agradeço a Bertrando, Filipe e Beatriz (agora, mãe de Sofia), pela compreensão e paciência nas frequentes ocasiões em

que tive de dividir minhas atenções com os processos.

Aos meus irmãos, Fernando e Cecília, pelo compartilhamento de todos os momentos da vida. Sempre juntos. Muito obrigada.

Não posso esquecer o apoio e ajuda que tive de todos os servidores da JT, notadamente os da 4^a Vara, onde passei quase todo meu tempo como magistrada de primeiro grau e aos integrantes do meu Gabinete atual.

Vocês são meus anjos da guarda, socorrendo-me nas mais diversas ocasiões.

Quanto aos oradores que em mim descobriram virtudes e atributos que eu ignorava, recebo os elogios como sinal de amizade. Deram-me dimensões que talvez não sejam minhas, salvo no tocante à motivação e vontade férrea de fazer justiça a quem dela precisa.

Encerro meu discurso com a lição de Calamandrei, ao retratar a angústia de um velho magistrado, sentindo-se morrer: “Senhor, gostaria, ao morrer, de estar seguro de que todos os homens por mim condenados morreram antes de mim. Porque não posso pensar em deixar nas prisões deste mundo, sofrendo penas humanas, aqueles que nela foram encerrados por ordem minha.

Gostaria, Senhor, quando me apresentar a teu juízo, de encontrá-los em espírito a tua porta, para me dizerem que sabem que os julguei segundo a justiça, segundo aquilo que os homens chamam de justiça; e, se com algum deles fui injusto sem perceber, a este, mais que os outros, gostaria de encontrar lá, a meu lado, para lhe pedir perdão e para dizer-lhe que, ao julgar, nunca me esqueci de que eu era uma pobre criatura humana, escrava do erro; que, ao condenar, nunca pude reprimir a perturbação da consciência, tremendo diante de um ofício que, em última instância, só pode ser teu, Senhor.”

Meu muito obrigada a todos.
